



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 30 de Junho de 2021
Lei nº 661, de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2151



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2438, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

"Dispõe sobre o uso de correio eletrônico institucional no âmbito da Administração Pública Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, na forma que especifica."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 86, I, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a relevância de disponibilizar contas de correio eletrônico aos servidores da Administração Pública Direta e Autárquica do Poder Executivo, como recurso profissional de apoio ao eficiente desempenho das atribuições;

CONSIDERANDO a necessidade de determinar as condições e de dispor sobre a responsabilidade decorrente da utilização incorreta, indevida ou inapropriada das contas de correio eletrônico oficiais;

CONSIDERANDO que as mensagens veiculadas deverão ter conteúdo exclusivamente profissional, relacionado com as funções exercidas, devendo ser conferido a elas o mesmo tratamento formal dos documentos impressos, de modo a contribuir para a formação de uma imagem institucional adequada do órgão ou entidade;

DECRETA:

Art. 1º A Administração Pública Direta e Autárquica do Poder Executivo proverá, gratuitamente, conta de correio eletrônico aos seus servidores, como recurso profissional de apoio às suas atividades.

§1º Para efeitos deste Decreto, correio eletrônico é um serviço que permite compor, enviar e receber mensagens eletrônicas de comunicação, por meio das redes de computadores.

§ 2º As normas estabelecidas por este Decreto se aplicam a todos os usuários que utilizarem o serviço de correio eletrônico oficial.

Art. 2º A disponibilização das contas de correio eletrônico deverá conter titularidade específica, possibilitando determinar responsabilidades sobre a sua utilização.

Art. 3º A utilização do correio eletrônico institucional sujeitar-se-á às seguintes condições gerais:

I - as mensagens veiculadas deverão ter conteúdo exclusivamente profissional, relacionado com as funções exercidas, devendo ser conferido a elas o mesmo tratamento formal dos documentos impressos, de modo a contribuir para a formação de uma imagem institucional adequada do órgão ou entidade;

II - o serviço deve ser oferecido gratuitamente, devendo o usuário utilizá-lo com as características e limites disponibilizados;

III - a utilização do serviço deve se basear no bom senso e na estrita observância aos preceitos legais;

IV - os órgãos e as entidades possuem a prerrogativa de eliminar mensagens e arquivos, e de bloquear conteúdos e usuários, permanentemente ou temporariamente, quando houver ameaças à segurança das informações ou quando constatado o uso indevido do serviço;

V - a Administração Pública, detentora do serviço de correio eletrônico institucional, poderá monitorá-lo, para fins de auditoria e verificação da sua devida utilização.

Art. 4º É considerado uso indevido do correio eletrônico institucional:

I - a tentativa de acesso não autorizado às caixas postais de terceiros;

II - o uso do correio eletrônico institucional para cadastro e acesso a redes sociais pessoais, em sítios de compras, bem como qualquer outra utilização não relacionada às funções profissionais;

III - o envio de material e mensagens de natureza ou com conteúdo racista, profano, obsceno, intimidador, difamatório, ilegal, ofensivo, abusivo, não ético, comercial, estritamente pessoal, de

entretenimento, *spam*, com caráter eminentemente associativo, sindical, religioso, político e partidário;

IV - acesso, a qualquer título, da lista de endereços dos usuários do serviço de correio eletrônico institucional a pessoas alheias aos quadros da Administração Pública do Estado, salvo para finalidade institucional;

V - o envio de mensagens ofensivas que visem atingir a honra ou a dignidade das pessoas;

VI - o envio de mensagens contendo vírus ou qualquer forma de rotinas de programação prejudiciais ou danosas às estações de trabalho e ao sistema de correio eletrônico;

VII - forjar a identidade de outra pessoa ou fazer falsa declaração de sua identidade;

VIII - transmitir ilegalmente propriedade intelectual de terceiros ou outros tipos de informações proprietárias sem a permissão do proprietário ou licenciante;

IX - modificar, adaptar, traduzir ou fazer engenharia reversa de qualquer parte do serviço de correio eletrônico institucional;

X - praticar quaisquer atos que violem a legislação aplicável;

XI - exercer outras atividades que possam afetar negativamente os servidores ou os órgãos e entidades.

Art. 5º São deveres do usuário do correio eletrônico:

I - manter em sigilo sua senha de acesso, de uso pessoal e intransferível, realizando a substituição em caso de suspeita de violação;

II - utilizar uma senha segura para acesso ao correio eletrônico, conforme determinação do setor competente;

III - somente enviar mensagens de conteúdo autorizado, vedada a divulgação de informações sigilosas ou de propriedade da Administração Pública;

IV - respeitar as normas de utilização previstas neste Decreto;

V - utilizar o correio eletrônico institucional em consonância com o disposto no art. 178 da Lei Complementar nº 08, de 9 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos;

VI - utilizar a assinatura digital no *e-mail*, quando o recurso de certificado digital estiver disponível, com o intuito de garantir a autenticação, a integridade e o não repúdio da mensagem.

Art. 6º Na ocorrência de evidências de uso irregular do serviço de correio eletrônico, o órgão ou entidade efetuará registro do incidente de segurança da informação e solicitará a abertura de sindicância e/ou processo administrativo, conforme o caso, com auditoria nas contas dos usuários sob suspeita, a fim de averiguar e garantir a segurança de toda a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, bem como resguardar os objetivos deste Decreto.

Art. 7º O descumprimento do disposto neste Decreto sujeitará o servidor, o prestador de serviço terceirizado e o estagiário às sanções e às penalidades previstas em lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento por parte de servidor, a aplicação das sanções e penalidades de que trata o *caput* será precedida de sindicância e/ou processo administrativo disciplinar, conforme o caso.

Art. 8º O processo administrativo disciplinar reger-se-á pelas disposições da Lei Complementar nº 08, de 9 de dezembro de 2005.

Art. 9º Para fins do disposto neste Decreto, os(as) secretários(as) municipais, o(a) diretor(a) do Departamento Municipal de Água e Esgoto, o(a) procurador geral do município e o(a) controlador(a) geral do município poderão expedir normas complementares, referentes aos seus órgãos, e decidir sobre os casos omissos.

Art. 10 Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 29 de junho de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2439, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

"Dispõe sobre a aposentadoria do(a) servidor(a) Fabio Carlos da Cunha".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado(a) a partir de 30/06/2021, conforme Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 08/2005, Lei Municipal 196/99, e Lei Federal 9.876/99, o(a) servidor(a) FABIO CARLOS DA CUNHA, matrícula 12793, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 30 de junho de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2440, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

"Dispõe sobre a aposentadoria do(a) servidor(a) Neila Maria Rocha da Cunha".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado(a) a partir de 30/06/2021, conforme Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 08/2005, Lei Municipal 196/99, e Lei Federal 9.876/99, o(a) servidor(a) NEILA MARIA ROCHA MUNDIM REIS, matrícula 440283, ocupante do cargo de COORDENADOR(A) DAD-01, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO SOCIAL.

Art. 2º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 30 de junho de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 11.357, DE 28 DE JUNHO DE 2021.

Delega competência ao servidor que especifica.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Delega competência à servidora MARIA TEREZINHA RODRIGUES CUNHA, matrícula 26689, ocupante do cargo de TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, GOVERNO E TURISMO, para desempenhar as atribuições de FISCAL DO PROCON, com a prerrogativa de realizar todos os atos discricionários e legais para tanto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos em 28/06/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 28 de junho de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 11.358, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

"Faz exoneração que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido ROSANGELA DE SOUZA ROCHA, matrícula 441352, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 24/06/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 29 de junho de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**DEPARTAMENTO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável				
CERTIFICADO Nº 2151 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO				
O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso V da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e art. 8º, inciso III e seu §4º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Simplificada, modalidade LAS/RAS, em conformidade com normas ambientais vigentes e condicionantes impostas.				
Renovação de Licença de Operação na modalidade indicada.				
Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula: MUNICIPIO DE MONTE CARMELO				
CNPJ/CPF: 18.593.103/0001-78				
Empreendimento: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO / ATERRO SANITÁRIO DE MONTE CARMELO				
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica: Praça Getúlio Vargas número/km 90 Bairro Centro Cep 38500-000 Monte Carmelo - MG				
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades: Monte Carmelo (LAT)-18.5816 (LONG)-47.4799				
Fator locacional resultante: 0				
Classe predominante resultante: 3				
Processo Administrativo Licenciamento: 2151/2021				
Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is):				
Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
E-03-07-7	Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte - ASPP	CAF	436.300	t
Com condicionantes listadas no anexo.				
Validade de 10 ano(s), com vencimento em 28/06/2031.				
Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018, com base nas informações prestadas pelo empreendedor e pelo(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) estudo(s) apresentado(s).				
Uberlândia, 28/06/2021.				
Documento assinado eletronicamente por KAMILA BORGES ALVES, Superintendente, em 28/06/2021 09:09 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.				
- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.				
Conforme manifestação expressa no processo de licenciamento ambiental que originou a licença (quando assim for aplicável), há plena ciência do empreendedor quanto sua obrigação legal de efetuar o registro de sua atividade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Lei Nacional nº 6938/1981 e Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 06/2013, sem prejuízo dos demais registros advindos do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.				
https://recoisistemas.meioambiente.mg.gov.br/sla/validar/certificado				
CHAVE DE ACESSO: 90-98-25-80				



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



CERTIFICADO Nº 2151 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Outorga de Direito de Uso de Recursos

0000234305/2020



<https://recomatemas.meioambiente.mg.gov.br/sia/validar/certificado>

CHAVE DE ACESSO: 90-98-25-80

Futura Aquisição de Adubos e Plantas Ornamentais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos. Monte Carmelo, 29 de junho de 2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



CERTIFICADO Nº 2151 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Condicionantes

condicionantes descritas nos anexos I e II do parecer nº 30863145



<https://recomatemas.meioambiente.mg.gov.br/sia/validar/certificado>

CHAVE DE ACESSO: 90-98-25-80



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE REVOGAÇÃO. Pregão SRP nº 52/2021, Forma: Eletrônica – Processo Nº 67/2021. A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, por intermédio da Autoridade Competente, RESOLVE, REVOGAR o Processo Licitatório, instaurado sob o nº 67/2021 – Pregão SRP nº 52/2021. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e